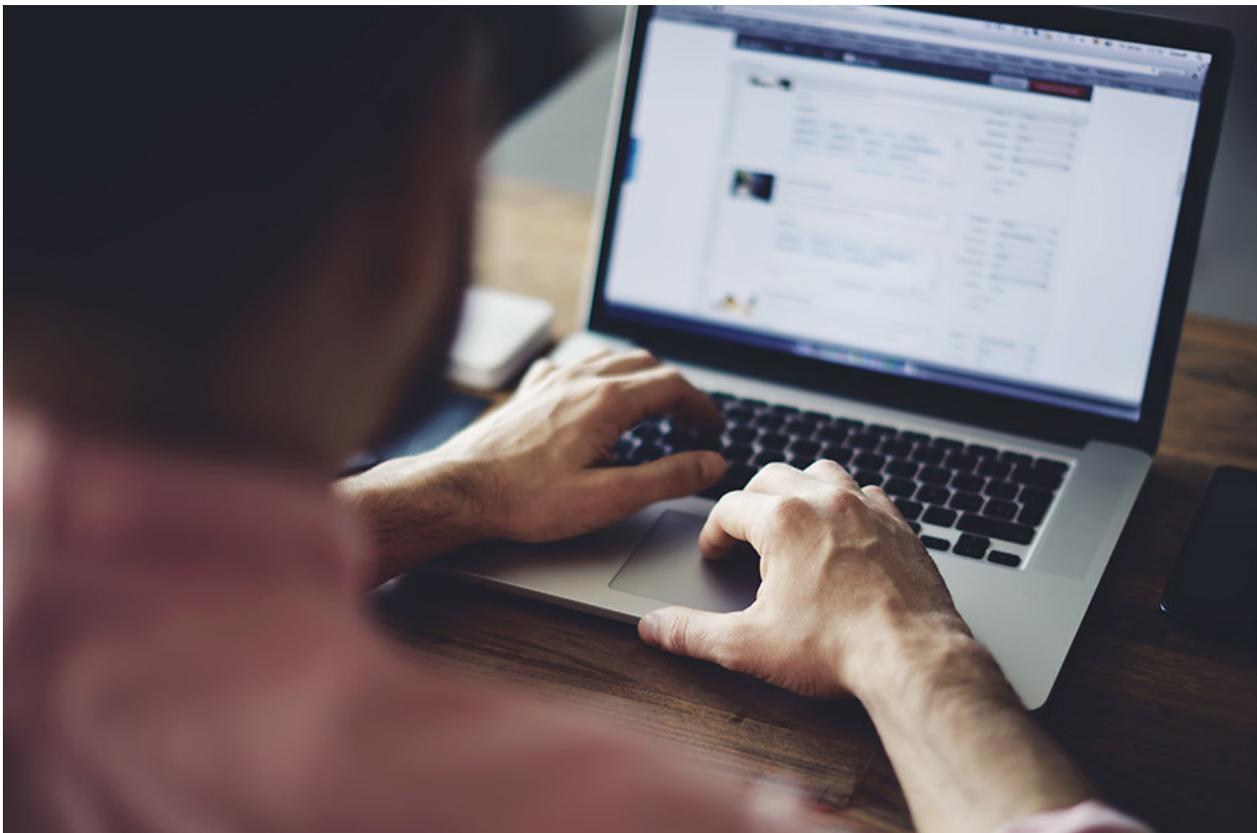


## Covid-19. Investigadores denunciam “confinamento estatístico” sobre impacto no trabalho



[Jornal Económico com Lusa](#) 15 Abril 2020, 09:34

“Não estamos a ter acesso a fontes de informação, de dados, que eram fundamentais para perceber os impactos desta paralisação súbita no plano do emprego e do rendimento das pessoas”, vinca o economista, que coordena uma linha de investigação sobre trabalho e emprego.



DR

A epidemia da Covid-19 impôs o isolamento social e generalizou o teletrabalho, mas também trouxe um “confinamento estatístico” sobre o impacto laboral da Covid-19, denunciam dois investigadores ouvidos pela Lusa.

Em entrevista à Lusa, via zoom, José Castro Caldas, economista e investigador do CoLABOR, laboratório colaborativo para o trabalho, emprego e proteção social, frisa que quem quer estudar o impacto da crise desencadeada pela epidemia de Covid-19 na área do trabalho não tem, atualmente, a tarefa facilitada.

“Não estamos a ter acesso a fontes de informação, de dados, que eram fundamentais para perceber os impactos desta paralisação súbita no plano do emprego e do rendimento das pessoas”, vinca o economista, que coordena uma linha de investigação sobre trabalho e emprego.

“Na área da saúde, temos informação ao dia sobre a pandemia. Agora, existe uma outra pandemia em curso, que é a pandemia dos despedimentos, relativamente à qual sabemos muito pouco, a não ser alguma informação que vai saindo nalguns jornais”, compara, acrescentando que o conhecimento técnico-científico “devia ser mais bem aproveitado”.

Numa altura em que, como disse o diretor-geral da OIT, Guy Ryder, “as medidas certas e urgentes podem fazer a diferença entre a sobrevivência e o colapso” após a crise, em Portugal não é disponibilizada informação sobre “coisas tão básicas” como a evolução da lista do subsídio de desemprego no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que “deve estar a evoluir dia a dia e era fundamental perceber”, refere Castro Caldas.

Lembrando que as medidas adotadas para fazer face à crise “têm sido corrigidas quase dia a dia para responder ao que a realidade vai dizendo”, Castro Caldas diz que os investigadores, “simplesmente”, não sabem “o que é que a realidade vai dizendo”, pelo menos nesta altura.

“Há aqui um problema de acesso à informação e como, ainda por cima, não podemos andar na rua livremente, a informação direta também não é possível”, assinala. “Acabamos por estar reduzidos a uma experiência subjetiva, que é o que cada um de nós e o nosso círculo de relações vai reportando”, destaca.

“Falta-nos informação para perceber o que está a acontecer e é incompreensível que essa informação não esteja a ser divulgada por quem o devia fazer”, aponta, dando conta de que já fez pedidos formais junto do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

Contactada pela Lusa, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social fez saber, através de um assessor de imprensa, que “houve já uma reunião entre a associação CoLABOR e o Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSSS para estabelecer uma forma de partilha de informação”.

A ministra não adiantou um prazo para a disponibilização dos dados reclamados pelos investigadores.

Realçando que, para um investigador, não poder ajudar causa “um sentimento de frustração”, Castro Caldas acredita que a ausência de dados se deverá a uma “incapacidade dos serviços e não a mais do que isso, mas, de qualquer maneira, é grave” e espera que “seja rapidamente resolvida”.

Também a investigadora Sara Falcão Casaca andou “à procura de números desagregados por sexo”, normalmente disponibilizados pela Segurança Social, mas não encontrou.

“É fundamental que esses números existam”, pois, sem eles, “não é possível termos políticas públicas adequadas e que integrem uma perspetiva de género – não é que favoreçam mais as mulheres ou mais os homens, mas que protejam as mulheres e os homens naquilo que são as suas especificidades”, assinala a professora associada no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa.

“Precisamos de estatísticas desagregadas por sexo”, que permitirão analisar o impacto da crise na vida das mulheres e dos homens, “nas suas várias vertentes” e não só na laboral, assinala a coordenadora do projeto Women on Boards.

“Era elementar estarmos já a conhecer quais são os setores, quais são as empresas, que população é esta que está em ‘lay-off’, que tipo de contratos é que tem, tudo isso”, enumera.

“Precisamos dessas estatísticas desagregadas por sexo para conhecermos esse impacto e para que as políticas públicas possam ser adequadas e dar uma resposta cabal àquilo que são as necessidades das pessoas e às pessoas mais vulneráveis”, destaca Sara Falcão Casaca.